

Falta de votação acumula pauta

A pauta de assuntos que aguardam apreciação de deputados e senadores é extensa. Existem três Comissões Parlamentares de Inquérito mistas — para avaliar prejuízos da seca do Nordeste, com prazo até o próximo dia 22; para apurar a crise no esporte, com prazo até o dia 16; e para apurar irregularidades no Inamps e na aquisição de imóveis em Brasília e no Rio de Janeiro, com prazo até o dia 10 de março do ano que vem: 1 projeto-de-lei (Orçamento 89), 7 decretos-leis que têm prazo de vigência de 180 dias após a promulgação da Constituição — alguns datados de 1987 — uma medida provisória, 12 propostas de delegação legislativa — datadas a partir de 1982 — e quatro vetos presidenciais a projetos de lei da Câmara e do Senado, sendo três totais e um parcial.

No Senado, só na ordem do dia estão agendadas 17 mensagens presidenciais com pedidos de empréstimos, duas mensagens presidenciais com nomeação de embaixadores, a nomeação do ministro

Everaldo de Oliveira Reis — para o Supremo Tribunal Militar e a nomeação de Carlos Tadeu de Freitas Gomes, em substituição a Juarez Soares, no Banco Central. Além disso, o Senado possui em tramitação o orçamento do Distrito Federal, 918 projetos-de-lei oriundos da Câmara, da Presidência da República e de autoria dos próprios senadores, 1 mensagem para escolha de mais um embaixador, quatro mensagens para alienação de terras, 11 mensagens de empréstimos e 31 pedidos de inconstitucionalidade de leis. O projeto mais antigo no Senado — data de 1962, alterando o Código Civil, de autoria de Afrânio Lages.

Na Câmara, a pauta se complica ainda mais. São 1852 projetos de lei, sendo o mais antigo, de 1983. Na última sessão, com quorum suficiente para apreciar e discutir os projetos, 52 estavam na ordem do dia. Para a próxima sessão, 39 constam da ordem do dia, sendo 30 com requerimento de urgência. Os demais receberam emendas.

Alguns projetos da Câmara fo-

ram transferidos para a discussão em torno do regimento interno, como é o caso do projeto do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), solicitando a criação da Comissão dos Direitos Civis. Existem, também, projetos que regulamentam a nova Constituição em questões polêmicas. Gastone Righi (PTB-SP) classifica como crime de usura a cobrança de juros e comissões superiores à taxa de 12% ao ano, fora a correção monetária, e do deputado César Maia (PDT-RJ), concedendo reintegração aos servidores em greve, demitidos, desde março de 1985, por estarem enquadrados nas atividades consideradas essenciais.

Também existem projetos curiosos como a permissão para adaptação de motores ao consumo de gás, de autoria do deputado Francisco Amaral (PMDB-SP). E, ainda, projetos do Executivo, versando — principalmente — sobre matéria econômica, como o que fixa diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido. (S. C.)